

AFRICAN UNION

الاتحاد الأفريقي



UNION AFRICAINE

UNIÃO AFRICANA

P.O. Box: 3243, Addis Ababa, Ethiopia, Tel.:(251-11) 551 38 22 Fax: (251-11) 551 93 21

Email: situationroom@africa-union.org, oau-ews@ethionet.et

CONSELHO DE PAZ E SEGURANÇA
128ª REUNIÃO
26 DE MAIO DE 2008
ADIS ABEBA, ETIÓPIA

PSC/PR/2(CXXVIII)
Original : Francês

RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO
SOBRE A SITUAÇÃO EM CÔTE D'IVOIRE

**RELATÓRIO DO PRESIDENTE DA COMISSÃO
SOBRE A SITUAÇÃO EM CÔTE D'IVOIRE**

I. INTRODUÇÃO

1. Na sua 104ª reunião, realizada a 20 de Dezembro de 2007, o Conselho decidiu, entre outros, adoptar o I e o II Acordos complementares ao Acordo Político de Ouagadougou, assinado a 28 de Novembro de 2007, pelo Presidente Laurent Gbagbo e pelo Secretário Geral das Forças Novas, Guillaume Soro, sob os auspícios do Presidente Blaise Compaoré, Facilitador do Diálogo directo, em nome da Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), e convidou o Conselho de Segurança das Nações Unidas a adoptar, por seu turno, estes dois Acordos. O Conselho encorajou igualmente as forças políticas e a sociedade civil de Côte d'Ivoire a envidar esforços para a consolidação da dinâmica da paz iniciada no país e contribuir para a criação de condições propícias para a organização das eleições presidenciais. O Conselho lançou um apelo às Nações Unidas e à Comunidade Internacional no seu todo para continuar a acompanhar os esforços do Facilitador e das partes ivoirenses e prestar a assistência financeira, logística e técnica necessária para a implementação integral do Acordo Político de Ouagadougou. A terminar, o Conselho encorajou a Comissão a prestar o seu apoio ao processo de implementação do Acordo Político de Ouagadougou bem como dos Acordos complementares.

2. O presente relatório faz o ponto de situação da evolução dos acontecimentos desde Dezembro de 2007. Faz uma apresentação da evolução da situação política, de segurança, humanitária e sócio-económica assim como o estado da implementação do Acordo Político de Ouagadougou e os Acordos complementares. O relatório cobre também as actividades levadas a cabo pela UA e pela Comunidade Internacional em apoio ao processo de paz em Côte d'Ivoire.

II. EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO

A. Aspectos políticos

3. O período em análise foi marcado por clima político sereno e de boa colaboração entre o Presidente Laurent Gbagbo e o Primeiro-Ministro Guillaume Soro. Este entendimento entre os dois dirigentes do executivo ocorre principalmente na tomada de consensual das decisões do Governo relativas à implementação dos Acordos assinados.

4. Na sessão do Conselho de Ministros realizada a 27 de Março, o Presidente da República reafirmou a sua confiança ao Primeiro-Ministro, tendo o felicitado e encorajado a dar prosseguimento à missão que lhe foi confiada no quadro do Acordo Político de Ouagadougou. Este apoio foi bastante oportuno, pois ele surge na sequência das críticas que foram feitas ao Primeiro-Ministro pelo Congresso Nacional de Resistência para a Democracia (CNRD), formação política de tendência presidencial. Durante uma conferência de imprensa realizada a 25 de Março, o CNRD manifestou a sua rejeição à ideia da realização de eleições sem o desarmamento das tropas das Forças Novas (FAFN). O CNRD sugeriu também que

o Primeiro-Ministro abandonasse as funções de Secretário Geral das Forças Novas antes de se contradizer a si próprio.

5. O novo clima permitiu aos principais partidos exercer as suas actividades em todo o país, na perspectiva da realização de eleições, concluindo assim o processo de paz. De 1 a 3 de Fevereiro, o partido político União Republicana (RDR) realizou o seu II Congresso em Abidjan. Durante esse Congresso, o Sr. Alassane Ouattara foi reconduzido à direcção do partido, para um mandato de cinco anos, tendo sido designado candidato do RDR para as eleições presidenciais. Ele recebeu o mandato de concluir uma aliança política com as Forças Novas, abrindo assim o partido a outras formações políticas e reforçar as relações entre os diferentes oponentes à União dos Houphouëtistas para a Democracia e a Paz (RHDP). O presidente da Frente Popular do Povo de Côte d'Ivoire (FPI), Pascal Affi N'Guessan, o presidente do Partido Democrático de Côte d'Ivoire – União Democrática Africana (PDCI-RDA), Henri Konan Bédié, e o porta-voz das Forças Novas, Sidiki Konaté, participaram na cerimónia de abertura deste Congresso, apresentando mensagens nessa ocasião.

6. No prosseguimento das reuniões organizadas em Bouna, Dabou e Abidjan, na Comuna de Koumassi, em Setembro e Novembro de 2007, o presidente do PDCI-RDA orientou outros encontros em Bocanda, na região de N'Zi-Comoé, em Dezembro de 2007, em Yopougon e Abidjan no mês de Março e, em Soubré no mês de Abril, na região de Fromager, terra natal do Chefe do Estado, considerada como o bastião da FPI. Durante essas reuniões, a mensagem principal do presidente do PDCI-RDA articulou-se essencialmente em torno da necessidade da mobilização dos militantes e simpatizantes para a sua participação massiva nas próximas eleições e foram feitas críticas à FPI.

7. O Presidente da FPI efectuou uma visita de mais de um mês na zona Norte do País. Essa visita teve o seu início a 31 de Março, na Província de Ferkessedougou, terra natal do Secretário Geral das Forças Novas, tendo continuado em outras localidades, incluindo a aldeia de, local de origem de Alassane Ouattara. A visita terminou a 26 de Abril, nas Províncias de Korhogo e Boundiali, sem registo de qualquer incidente. O presidente da FPI aproveitou a ocasião para declarar o fim definitivo da guerra e convidar os funcionários ainda hesitantes a regressar aos seus postos e retomar o trabalho, no quadro do restabelecimento da administração. Nessas reuniões, ele sugeriu que a Côte d'Ivoire faça um esforço solidário em prol da economia desta região que foi duramente flagelada pela crise, através do aumento substancial do orçamento nos seus conselhos gerais.

8. Para envolver os jovens e as mulheres no processo de saída da crise, o Gabinete do Primeiro-Ministro organizou em Fevereiro, seminários para agrupamentos destas duas camadas sociais pertencentes a partidos e movimentos políticos signatários dos Acordos de Paz inter-ivoirienses. No final dos trabalhos, as organizações envolvidas criaram um quadro de concertação permanente, adoptaram um código de boa conduta, elaboraram um calendário de contactos com os dirigentes políticos o Facilitador a fim de contribuir para a implementação do Acordo.

9. De uma forma geral, o Primeiro-Ministro e o seu Governo envolveram-se na explicação, aos actores políticos e aos representantes da sociedade civil, sobre os atrasos registados na implementação dos Acordos bem como o facto cada vez mais evidente de que o prazo de Junho de 2008 para a realização das eleições presidenciais não será respeitado. O Primeiro-Ministro procurou o consenso mais amplo possível para a adopção dos documentos relativos à implementação dos Acordos, a fim de evitar os bloqueios decorrentes de uma diligência precipitada.

10. A terminar, é importante sublinhar que ao longo do período em análise, os dirigentes ivoirenses realizaram consultas sucessivas com várias personalidades da região e outros actores internacionais, consultas essas que constituíram ocasiões para fazer o ponto de situação sobre a implementação do processo de paz. É neste contexto que o Chefe do Estado efectuou várias visitas ao exterior, designadamente ao Gabão, a 29 de Janeiro, à África do Sul, de 18 a 19 de Março, e às Nações Unidas, no quadro da reunião conjunta entre o Conselho de Segurança e o Conselho de Paz e Segurança, de 16 a 17 de Abril. Por seu turno, o Primeiro-Ministro representou o País, de 31 de Janeiro a 2 de Fevereiro, 10^{ème} Sessão Ordinária da Conferência da União Africana, e de 13 a 14 de Março, na reunião da Conferência da Organização Islâmica (OCI), que decorreu em Dakar. Nos países do Golfo, onde ele efectuou visitas de 28 de Abril a 7 de Maio, foi capaz de obter financiamentos para a reconstrução do país e o programa de emergência. Ao mesmo tempo, a Côte d'Ivoire recebeu vários visitantes de renome, entre os quais o Presidente Ernest Bai Koroma, da Sierra Leone, a 3 de Março, o Presidente da Comissão da CEDEAO, Mohamed Ibn-Chambas, de 5 a 6 de Março, a Presidente Ellen Johnson Sirleaf, da Libéria, a 1 de Abril, e o Sr. Ban Ki-moon, Secretário Geral das Nações Unidas, a 23 de Abril.

B. Aspectos de Segurança

11. Durante o período em análise, a situação de segurança continuou estável em todo o território, consequência directa da melhoria considerável do clima político desde a assinatura do Acordo Político de Ouagadougou. No entanto, foram registados alguns incidentes. É neste quadro que, a 27 de Dezembro de 2007, as forças novas lançaram um ataque contra os elementos em Bouaké, pelos partidários do Sargento Ibrahim Coulibaly « IB », contra as Forças Novas em Bouaké. Este ataque, que foi rapidamente neutralizado, fez vários mortos e foram presas muitas pessoas tendo sido transferidas para a prisão civil de Korhogo. A 17 de Janeiro, 11 pessoas suspeitas de estarem associadas a esta tentativa de desestabilização foram presas em Abidjan. A 30 de Janeiro, o Procurador do Tribunal Militar Abidjan lançou um mandato internacional de captura contra o Sargento Coulibaly, acusado de traição contra o Estado. Por outro lado, verifica-se um recrudescimento do banditismo, principalmente no Oeste d país, onde foram registados vários assaltos à mão armada. De igual modo, há a assinalar outros pequenos incidentes.

C. Aspectos humanitários, Direitos Humanos e sócio-económicos

12. Os efeitos positivos decorrentes da assinatura do Acordo Político de Ouagadougou foram benéficos para o regresso voluntário dos deslocados para as suas zonas de origem, com o apoio de agências humanitárias, ONGs e das autoridades nacionais. Porém, a persistência da desconfiança, a luta pelo controlo

de terras, principalmente no Oeste, a insegurança e a falta de recursos e serviços sociais de base constituem sérios entraves para o prosseguimento e a ampliação desta tendência de regresso.

13. A este respeito, as dificuldades encontradas no Oeste serão examinadas dentro em breve, no quadro de um atelié que se realizará de 21 a 23 de maio em Bloléquin, tendo em vista a busca de soluções duradouras. Esse seminário contará com a participação dos Ministros envolvidos nesta questão, as agências humanitárias, as autoridades locais e as populações. No quadro dos seminários organizados recentemente, o Ministério da Reconciliação Nacional e o da Solidariedade e Vítimas da Guerra adoptaram respectivamente uma Carta de Reconciliação Nacional e um Observatório da Solidariedade e Coesão para reforçar a reconciliação e consolidar a paz. Dentro do mesmo espírito, foram criados comités locais da paz em diferentes localidades para apoiar a dinâmica do regresso das populações.

14. A comunidade humanitária internacional esforçar-se-á, para a mobilizar cerca de 47 milhões de dólares americanos para fazer o acompanhamento das operações de regresso nas zonas afectadas, designadamente a assistência aos deslocados, às comunidades de acolhimento e às pessoas vulneráveis, o acesso aos serviços sociais de base e o reforço da segurança alimentar. Por seu turno, a UA deu, através do Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) em Côte d'Ivoire, uma contribuição financeira de 100,000 dólares americanos a este país. Esta contribuição, que foi efectuada na sequência da missão de avaliação da situação humanitária em Côte d'Ivoire, em Maio de 2007, pelo Sub-Comité do CRP para as Questões Humanitárias, foi destinada às pessoas deslocadas na localidade de Abobo, em Abidjan, e aqueles do Centro de acolhimento temporário dos deslocados (CATD) de Guiglo, na zona Ocidental.

15. Os movimentos sociais prosseguiram ao longo dos últimos cinco meses. Apesar de as escolas terem realizado os seus primeiros exames unificados em todo o país para o ano lectivo 2006-2007, o ano em curso foi marcado por greves iniciadas pelos sindicatos de professores dos ensinos primário, secundário e superior, em apoio a diferentes reivindicações de categorias.

16. No mês de Março, em alguns bairros de Abidjan, as populações saíram à rua para protestar contra os constantes cortes de água. O Ministro de Infra-estruturas Económicas reconheceu um défice de cerca de 30% no abastecimento de água potável em todo o território ; tendo prometido a tomada de medidas idóneas para corrigir a situação.

17. De 31 de Março a 1 de Abril, mulheres e jovens marcharam em protesto contra a subida dos preços dos principais produtos de consumo. Essas manifestações saldaram-se em vários feridos, com a morte de dois jovens por baleamento. Numa comunicação à Nação, o Presidente da República sublinhou o carácter mundial do fenómeno da subida dos preços e apelou às populações para calma. Em consulta com o Governo, ele anunciou a suspensão, por um período de três meses, das taxas sobre alguns produtos de primeira necessidade bem como a redução do IVA de 18 para 9%. Foi criado um comité inter-ministerial, reforçado por decisões de uma sessão extraordinária do Conselho de Ministros, realizada a 25 de

Abril, tendo em vista a implementação destas medidas. Por outro lado, o Chefe do Estado anunciou recentemente a importação de 600,000 toneladas de arroz. Dentro do mesmo espírito, os parceiros de desenvolvimento prometeram o fornecimento dos meios necessários para contribuir na luta contra a subida dos preços. Por seu turno, a União Económica e Monetária da África Ocidental (UEMOA), reuniu-se em sessão extraordinária em Abidjan, tendo decidido um plano de emergência de 100 biliões de francos CFA em benefício dos seus membros, incluindo a Côte d'Ivoire.

18. As ONG's de defesa dos direitos humanos comunicaram execuções sumárias e prisões arbitrárias em Bouaké, em Dezembro de 2007, factos atribuídos à tentativa de desestabilização atribuída ao Sargento Ibrahim Coulibaly. Além disso, foram registados vários casos de violação ao longo destas últimas semanas em Bangolo, no Oeste do país. Durante a sua visita a Côte d'Ivoire, o Secretário Geral das Nações Unidas foi informado, por escrito, sobre estes acontecimentos, no decurso da sua reunião com a sociedade civil. Por outro lado, o Primeiro-Ministro aproveitou a ocasião para lançar a questão do inquérito sobre o atentado de que foi vítima em Bouaké, a 29 de Junho de 2007.

19. No plano económico, o regresso dos estabelecimentos bancários reforçou-se nas zonas centro, norte e oeste do país. Ao mesmo tempo, a comunidade financeira internacional retomou progressivamente a sua cooperação com a Côte d'Ivoire, no quadro dos programas de assistência pós-conflito.

III. ESTADO DA IMPLEMENTAÇÃO DOS ACORDOS

20. A implementação do Acordo Político de Ouagadougou e dos Acordos complementares conheceu avanços significativos, embora o calendário inicialmente previsto não tenha sido respeitado.

A. Identificação geral das populações

21. É conveniente recordar que a decisão tomada em Setembro de 2007 de enviar 111 equipas, no quadro das audiências populares para a realização de julgamentos suplementares para a emissão de certidões de nascimento, por um período de três meses, foi implementada na sua totalidade, embora com algumas dificuldades de natureza logística. Seguidamente esta operação foi levado a cabo no conjunto do território nacional e não se registou nenhum acidente. Na data de 3 a 15 de Maio, dos 623.363 pedidos registados, 592.474 foram aceites e 28.224 rejeitados. Das 111 equipas enviadas ao terreno, 18 já regressaram no final da sua missão. Alguns partidos políticos, em particular o RDR, solicitaram o prolongamento da operação. A este respeito, o Comité Avaliação e Acompanhamento (CEA), na sua reunião de 27 de Março, recomendou o respeito do prazo de três meses acordado inicialmente. Todavia, o Quadro Permanente de Concertação (CPC), na sua reunião de 9 de Maio, convidou o Governo a examinar, se for necessário, a possibilidade de organizar audiências públicas de recuperação quando as circunstâncias o exigirem, sem incidência na data das eleições presidenciais. Em conformidade com as orientações, o Ministro da Justiça, Chanceler, tornou público um comunicado colocando um fim à operação, a 15 de Maio. No entanto realizou

que, as operações excepcionais de recuperação estavam sendo realizadas em certas localidades cuja lista seria publicada ulteriormente.

22. Em conformidade com o Artigo 10 do 3º Acordo complementar, a reconstituição dos registos civis perdidos ou destruídos durante o conflito deverá começar antes de finais de Dezembro de 2007. De acordo com a avaliação feita pela Comissão Nacional de Supervisão da Identificação, cerca de 25% dos registos foram destruídos, devendo, por conseguinte, ser objecto de reconstituição. As modalidades de operação submetidas pelo Ministro da Justiça foram apenas adoptadas a 12 de Março, sendo que o início da operação, que deverá ser precedido por uma campanha de sensibilização, é iminente. A operação terá uma duração de quatro meses, com um custo de 3 biliões de franco CFA.

23. A operação de emissão de novos documentos de identificação, largamente dependente das actividades confiadas ao operador técnico SAGEM e ao Instituto Nacional de Estatística (INS), ainda não iniciou. O Conselho do Governo analisou o decreto que autoriza a emissão do bilhete de identidade nacional a todas as pessoas inscritas na lista eleitoral definitiva e submeteu-o ao Conselho de Ministros para aprovação.

B. Processo eleitoral

24. Nos termos do Artigo 12 do III Acordo complementar, « as duas partes acordaram que as eleições presidenciais terão lugar o mais tardar em finais do primeiro semestre de 2008 ». No entanto, as dificuldades encontradas na adopção de um número importante de textos legislativos e regulamentares necessários para a preparação da eleição tornaram impossível a sua eleição no prazo previsto. Todavia, a perseverança do Governo, permitiu finalmente ultrapassar estes obstáculos.

25. Assim, no fim da Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros realizada a 14 de Abril de 2008, o Presidente Laurent Gbagbo assinou uma série de textos relativos ao processo eleitoral. Trata-se do Decreto Nº 2008-1343 sobre a convocação do Colégio Eleitoral da República da Côte d'Ivoire com vista a eleição do Presidente da República a 30 de Novembro de 2008; do Decreto Nº 2008-135 fixando as modalidades de colaboração entre o INS e a Sociedade SAGEM sob a responsabilidade e autoridade da Comissão Eleitoral Independente (CEI) para a criação da lista eleitoral e dos cartões de eleitor; do Decreto Nº 2008 -136 fixando as modalidades da criação da nova lista eleitoral; da prescrição Nº 2008 -133 sobre os ajustamentos do Código Eleitoral para as eleições da saída de crise; e da Decisão Nº 2008-15/PR sobre as modalidades especiais de ajustamento ao Código Eleitoral. A adopção destes textos e a fixação sobre a proposta da CEI, da eleição presidencial na data de 30 de Novembro de 2008, foram saudados pela classe política e a opinião pública que manifestou o desejo que este prazo seja escrupulosamente respeitado.

26. A 27 de Março, o Governo e a SAGEM assinaram uma convenção de um montante de 66,7 biliões de FCFA dos quais 40 são inscritos no exercício orçamental de 2008 e 26,7 para cumprir o orçamento do exercício de 2009. o prazo de execução do contrato pela SAGEM é de oito meses. Na mesma óptica, a

24 de Abril, na presença do Secretário Geral das Nações Unidas, teve lugar a assinatura do Código de boa conduta dos partidos políticos, dos agrupamentos e das forças políticas, bem como dos candidatos às eleições em Côte d'Ivoire. Este documento tinha sido adoptado pelos partidos político na sequência de um seminário organizado em Novembro de 2007 sob os auspícios da CEI em colaboração com a Divisão Eleitoral da ONUCI e o National Democratic Institute (NDI). Com esta assinatura, as partes comprometeram-se entre outras, a apoiar a realização das eleições democráticas, livres, abertas e transparentes, a respeitar o veredicto das urnas e em caso de contestação eventual a recorrer ao procedimento judicial legal.

C. Aspectos militares e de segurança

27. No que respeita o início do reagrupamento dos ex-combatentes e o aprovisionamento de armamento, as FDSCI respeitaram o prazo de 22 de Dezembro de 2007 fixado mais tarde pelo 3º Acordo complementar. A 24 de Janeiro elas anunciaram que 12.000 dos seus elementos tinham integrado os centros de reagrupamento. Em contrapartida, do lado das FAFN, além do reagrupamento de uma centena de ex-combatentes durante o lançamento da operação a 22 de Dezembro, não se registou nenhuma evolução até finais de Abril principalmente devido a problemas logísticos e financeiros. O processo do seu reagrupamento só começou a 2 de Maio em Boauké e em Séguéla. Mais de um milhar de ex-combatentes já foram reagrupados e estão previstos seis locais para esta operação.

28. A 28 de Dezembro de 2007, o Decreto Nº 2007 – 678 fixando a atribuição básica mensal a dos ex-combatentes das FAFN reagrupados a 90.000 FCFA por mês e por pessoa e isto em aplicação dos Artigos 2º e 3º do Acordo Complementar foi assinado. Ao mesmo tempo, o Governo estabeleceu o seu acordo para a criação da remuneração dos elementos das FAFN que pertenceram às Forças Armadas Nacionais da Côte d'Ivoire (FANCI), na guarda civil e na polícia para militares a partir de Janeiro de 2008.

29. Na base do Artigo 8 do 3º Acordo complementar que prevê a adopção pelo Governo, o mais tardar a 15 de Dezembro de 2007, dos textos fixando o quadro geral de organização, de composição e de funcionamento das Novas Forças de Defesa e de Segurança, foi criado um Grupo de Trabalho sobre a reestruturação das Forças de Defesa e de Segurança, na base do Decreto Nº 2007-645 de 20 de Dezembro de 2007, assinado a 20 de Fevereiro de 2008. Incumbido de propor uma estratégia global e um plano de reestruturação e de reforma das Forças de Defesa e de Segurança, o mesmo deverá apresentar as suas conclusões a 20 de Junho de 2008, ou seja quatro meses após a assinatura do dito Decreto. Por outro lado, a 5 de Janeiro, o Facilitador fez propostas relativas à quota das FAFN no novo exército e aos graus daqueles que mudaram de categoria no seio das FAFN. As partes envolvidas não se pronunciaram ainda sobre o mesmo.

30. O arranque do destacamento das milícias e do recrutamento para o serviço cívico nacional previsto para 22 de Dezembro de 2007, nos termos do 3º Acordo Complementar não começou até à data presente. Consta que os problemas de concepção e de financiamento destes programas estariam na base desta situação. Entretanto, o programa Nacional de Reinserção e de Reabilitação (PNRRC), com a

assistência de um operador privado, a STEL levou a cabo uma operação de emergência destinada a recensear e a registar os ex-combatentes. A 26 de Fevereiro, cerca de 32220 elementos das FAFN foram integrados. Esta operação executada através dos Escritórios Regionais do PNRRRC envolve igualmente as milícias. No quadro da desmobilização dos ex-combatentes das FAFN, 450 elementos já regressaram a vida civil no termo de uma formação dispensada pelo PNRRRC com vista a sua reinserção socio-económico. A 12 de Maio, o PNRRRC organizou uma cerimónia na qual participaram 192 desmobilizados.

D. Restauração da autoridade do Estado e Reestruturação da Administração

31. Apesar das condições de trabalho difíceis com as quais os perfeitos e sub-prefeitos se confrontam – alojamentos inapropriados e inexistência de meios logísticos para a concretização das suas missões – registaram-se progressos consideráveis relativamente à restauração da autoridade do Estado e à reestruturação da Administração. A 29 de Abril, dos 24.437 funcionários e Agentes do Estado envolvidos na Reestruturação 19.555 - dos quais, docentes, enfermeiros e parteiras – reocuparam os seus postos nas zonas do Centro, Norte e Oeste. Já está em curso um projecto de reabilitação dos edifícios públicos. Ao mesmo tempo, o Governo iniciou negociações com os doadores para a aquisição de viaturas e de equipamento de escritórios. Com apoio financeiro da União Europeia, as infra-estruturas das jurisdições de Bouaké, Danane, Kathiola, Man, Séquela e Toubá foram inteiramente reabilitados num montante de 456 mil milhões de FCFA e entregues oficialmente às autoridades ivoirenses em Abril

32. A reestruturação da Administração fiscal e aduaneira na base do princípio de um único fundo ainda não teve início. Contudo, prevê-se nos próximos dias a criação de um cordão aduaneiro misto FDSCI e FAFN para recuperar os direitos aduaneiros das mercadorias não originárias do espaço CEDEAO. Uma equipa de prospecção e de reconhecimento dos locais percorreu o Norte do país e teve encontros frutuosos com os responsáveis das FAFN. O grupo de trabalho criado ao nível do Gabinete do Primeiro Ministro já avaliou as incidências financeiras e preparou o esboço das modalidades de tomada em cargo das novas Forças na nova situação. Foi neste contexto que uma equipa de 26 agentes, entre os quais 13 alfandegários e 13 elementos de Forças o local da fronteira com Burquina Faso, na presença do Ministro da Economia e Finanças e vários outros responsáveis das Forças novas.

E. Mecanismos de Acompanhamento e de Concertação

33. Os mecanismos de acompanhamento e de concertação contribuíram consideravelmente para manter um clima sereno entre os principais actores políticos e para reduzir as tensões potenciais nomeadamente em redor dos prazos eleitorais.

34. Nos termos da sua 2ª Reunião que teve lugar em Ouagadougou a 24 de Janeiro, o CPC, presidido pelo Facilitador, o Presidente Blaise Compaoré, e compostos pelo Presidente Gbagbo, pelo Primeiro Ministro Soro, o antigo Presidente Henri Konan Bédié e o antigo Primeiro Ministro Alassane Ouattara decidiu acelerar o processo eleitoral. Ele debruçou-se nomeadamente sobre o

respeito das disposições dos acordos anteriores relativos às candidaturas sem excluir a eleição presidencial, as facilidades de inscrição nas listas eleitorais pelos ivoirenses tendo recentemente atingido a maioria e para aqueles que beneficiaram de julgamento suplementares relativamente aos registos de nascimento passados durante as audiências populares, a redução do prazo legal da publicação da lista eleitoral, a publicação da lista eleitoral na Internet e a representação de todas as partes signatárias do Acordo de Linas-Marcoussis nos escritórios das estruturas desconcertadas da CEI.

35. No fim da sua terceira reunião que teve lugar em Yamoussoukro a 9 de Maio o CPC sublinhou entre outras a necessidade do arranque rápido da operação de reconstituição dos registos do estado civil extraviados ou destruídos que deverá desenrolar-se respeitando as datas e prazos previstos tomando em conta os prazos eleitorais. Ele convidou ao Governo a estudar a possibilidade de organizar audiências populares de recuperação; e recomendou o desmantelamento imediato das milícias, a continuidade do reagrupamento dos ex-combatentes e o arranque sem tardar do serviço cívico. O CPC felicitou-se pelo Governo ter fixado a data de 30 de Novembro de 2008, para a primeira volta da eleição presidencial, saudou a adopção do Código de boa conduta e convidou os partidos políticos a respeitá-la escrupulosamente. O CPE evocou a necessidade de assegurar o acesso equitativo dos partidos políticos e dos candidatos concorrentes aos órgãos de informação estatais não somente durante a campanha eleitoral, mas igualmente durante o período pré-eleitoral; convidou os órgãos de informação particularmente a imprensa escrita a criar um ambiente propício para a organização de eleições pacíficas e solicitou insistentemente ao Primeiro Ministro para que se encontrasse em todos os responsáveis dos diferentes órgãos de imprensa escrita e audio-visual com vista a exortá-los sobre a adopção de um tom apaziguador. O CPC evidenciou por outro lado, as dificuldades encontradas para o financiamento do processo eleitoral e reiterou o seu apelo urgente à comunidade internacional para que ela preste um apoio diligente aos esforços envidados pelo Governo.

36. A CEA alargada aos representantes da Comunidade Internacional reagrupados no seio do Órgão Consultivo Internacional (OCI) reuniu-se em Ouagadougou a 14 de Janeiro e a 21 de Março. Durante estas reuniões, as partes signatárias fizeram o ponto da situação da implementação dos Acordos e formulou recomendações para ultrapassar os obstáculos encontrados.

37. No fim da reunião de 13 de Janeiro, a CEA regozijou-se da melhoria contínua do clima político na Côte d'Ivoire e salientou entre outras a necessidade de reforçar as medidas de segurança do processo de paz e lançou um apelo às partes para que se pusessem à disposição do Centro de Comando Integrado (CCI) elementos previstos pelo 3º Acordo complementar. Os membros da OCI realçaram particularmente a importância da comprovação de todas as etapas do processo eleitoral pela ONU. Eles encorajaram o Facilitador a desempenhar plenamente o seu papel de mediador em todas as etapas do processo de paz. Eles insistiram igualmente sobre a necessidade de planificar e de orçamentar rigorosamente as acções previstas no Acordo Político de Ouagadougou e fizeram um apelo ao Governo para implicar mais os parceiros nos trabalhos preparatórios das eleições. Além disso, o Facilitador interpelou o Representante do Secretário Geral das

Nações Unidas sobre a necessidade de rever o índice de segurança da Côte d'Ivoire em relação à melhoria da situação de segurança no país.

38. Durante a sua reunião de 21 de Março, a CEA regozijou-se do bom desenrolar das audiências populares num clima pacífico e recomendou a realização de audiências populares excepcionais dentro de três meses. Ele recomendou igualmente sem tardar, a conclusão da convenção com o operador técnico e o lançamento da operação de inscrição na lista eleitoral, bem como a assinatura rápida dos textos relativos ao processo eleitoral. Além disso, o Comité recomendou ao Governo o aceleração e a implementação urgente do Programa de Desarmamento e de Desmantelamento das milícias sublinhando a este respeito, a necessidade do arranque urgente do serviço cívico nacional e do PNRRC.

39. A CEA convidou as partes ivoirenses a tomarem as medidas idóneas para que o fundo único do Estado seja efectivado em conformidade com as disposições pertinentes do 3º Acordo Complementar. Ele convidou igualmente ao Governo a criar um órgão de controlo e de supervisão do fluxo e da livre circulação das pessoas e dos bens. A CEA mostrou-se particularmente preocupada pela questão do financiamento do processo de paz. Assim, ele saudou os esforços envidados pelo Governo para apurar a sua dívida para com as instituições financeiras internacionais bem como as contribuições que já foram feitas ou anunciadas pelos parceiros. No mesmo contexto, ele insistiu sobre a necessidade de um apoio financeiro complementar e de uma melhor coordenação nos procedimentos de reembolso dos fundos destinados ao financiamento do processo de saída de crise.

IV. APOIO DA COMUNIDADE INTERNACIONAL

40. Além dos esforços envidados pelas partes ivoirenses, a implicação contínua do Facilitador, das Nações Unidas, dos países e das Organizações Internacionais reagrupados no seio da OCI no âmbito da implementação dos diferentes Acordos constitui a prova de apoio constante da comunidade internacional com vista à concretização do processo de paz.

41. Em conformidade com o Acordo Político de Ouagadougou, o Facilitador presidiu todas as reuniões do CPC e da CEA. Tendo em conta o carácter inclusivo do processo de saída de crise ele recebeu regularmente os actores políticos ivoirenses, os representantes das organizações de jovens e de mulheres afiliadas a partidos, bem como esses da sociedade civil e confissões religiosas. Na base das suas atribuições, ele alegou a favor da redução do índice de segurança na Côte d'Ivoire pelas Nações Unidas. Subsequentemente e à luz da melhoria constante da situação de segurança na Côte d'Ivoire, o Secretário Geral das Nações decidiu "rever a baixa dos níveis do plano de segurança levando-os à Fase I em certas zonas do Sul e do Norte, e na Zona de Bandoukou-Bouna, e na Fase III na Zona de Guiglo no Ocidente, o restante nível permanece inalterável no Norte do país".

42. A 15 de Janeiro de 2008, o Conselho de Segurança das Nações Unidas adoptou a Resolução 1795 (2008) através da qual entre outras, aprovou os acordos complementares ao Acordo Político de Ouagadougou, assinados a 28 de Novembro de 2007 e decidiu prorrogar os mandatos da Operação das Nações Unidas na Côte d'Ivoire (ONUCI) e das Forças Francesas que a apoiam até 30 de Julho de 2008.

de 3 a 12 de Março de 2008, uma missão multilateral das Nações Unidas permanecem na Côte d'Ivoire para avaliar os progressos realizados com vista a formular recomendações a fim de adaptar o papel da ONUCI no contexto criado pelo Acordo Político de Ouagadougou.

43. Ao mesmo tempo, o Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas que desempenha um papel determinante no terreno no âmbito da mobilização e da coordenação dos representantes da Comunidade Internacional em conformidade com as disposições da Resolução 1765 (2007), e em consulta com o Facilitador e as partes ivoirenses, elaborou um quadro que se articula em cinco critérios para a certificação de todas as etapas do processo eleitoral. Este quadro define pontos de referência que permitirão determinar: “ (a) se as condições de segurança durante o período precedente às eleições são propícias para a plena participação da população e dos candidatos; (b) se o processo eleitoral é aberto a todos; (c) se todos os candidatos têm um acesso equitativo aos órgãos de informação estatais e se esses permanecem neutros; (d) se as listas eleitorais são credíveis e aceites por todas as partes; e (e) se o resultado das eleições são determinados no fim de um escrutínio transparentes e aceite por todos os contestados de maneira pacífica pelas vias apropriadas”.

44. Tal como assinalado acima, de 23 a 24 de Abril, o Secretário Geral das Nações Unidas efectuou uma visita à Côte d'Ivoire. Para além dos encontros tidos com os dignatários do Acordo Político de Ouagadougou e os principais actores políticos ivoirenses, ele patrocinou a assinatura de um protocolo de entendimento entre o Estado da Côte d'Ivoire e alguns doadores (União Europeia, França, Japão e PNUD) e aquela do Código de boa conduta para as eleições.

45. O impacto positivo do Acordo de Ouagadougou sobre a situação de segurança traduziu-se igualmente por uma redução das forças destacadas no terreno. A este respeito, guardando no entanto a capacidade de cumprir as suas missões que se mantiveram inalteráveis, os efectivos da Força Francesa “Licorne” diminuiram de 2500 para 1800 homens. Quanto à Força da ONUCI, ela foi destacada para formações mais móveis a partir da zona de confiança para estar mais presente nomeadamente no Ocidente e no Norte do país e tomou disposições para apoiar o CCI na sua missão de garantir segurança às operações previstas pelo Acordo Político de Ouagadougou.

46. Convém lembrar que relativamente ao financiamento dos programas de saída de crise, a despeito dos anúncios feitos durante a Mesa Redonda dos doadores em Agosto de 2007, o Governo Ivoirenses descreveu as dificuldades com as quais se confrontava em relação ao financiamento de algumas etapas do processo. Para o efeito, os doadores estimam não dispor de detalhes suficientes que possam favorecer o desbloqueamento de fundos, tinham manifestado o desejo de se associarem mais à definição destes programas. Após as consultas realizadas pelo primeiro Ministro e no quadro das reuniões da CEA alargada à OCI por um lado e da implicação do Facilitador e do Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas por outro lado, esta situação evoluiu favoravelmente. Ela deu origem à criação do Comité Técnico de Acompanhamento e de Supervisão (CTSS), dos programas de saída de crise que compreende representantes dos doadores. O PNUD pôs uma equipa de peritos à disposição do Governo ivoirense para prestar-

Ihe assistência na definição dos projectos de saída de crise e a sua tradução no formato requerido.

47. Durante uma Conferência de Imprensa organizada a 7 de Maio, o Representante Especial do Secretário Geral das Nações Unidas em nome dos doadores apresentou o estado dos financiamentos no início do mês de Maio. Estes financiamentos elevam-se a 11 biliões de FCFA para as eleições e 104 biliões de FCFA para os outros programas de saída de crise. Estes montantes compreendem as somas disponíveis no pacote de fundos geridos pelo PNUD, montante esses investidos pelos doadores e outros já desembolsados ou relativos a projectos em curso. O Governo ivoirense e o CPC estimam contudo as dificuldades financeiras subsistem e solicitam à comunidade internacional de prestar apoio necessário.

V. PAPEL DA UNIÃO AFRICANA

48. Durante o período em análise, o Gabinete de Ligação da UA na Côte d'Ivoire continuou a encorajar todas as forças políticas e a sociedade civil ivoirense para a implementação dos objectivos com vista a consolidar a dinâmica de paz em curso no país e a contribuir para a criação de condições propícias para a organização da eleição presidencial. A este respeito, o Gabinete de Ligação manteve contactos regulares com os membros do Governo, os Dirigentes dos Partidos Políticos, os Representantes do Facilitador, das Nações Unidas, da CEDEAO e dos países e outras organizações implicadas no processo de saída de crise. Em Fevereiro último, e em relação aos bloqueamentos então observados na adopção dos textos legislativos e regulamentares, o meu Representante Especial efectuou visitas de trabalho junto a um certo número de membros do Governo para fazer uma avaliação da situação. Os actores ivoirenses indicaram durante estes diferentes encontros que a abordagem do Governo visava apenas um objectivo, a saber, a necessidade de se obter o maior consenso possível. A mesma diligência foi efectuada em Março junto dos dirigentes do FPI, do Movimento das Forças do Futuro (MFA), membros do RHDP e do Partido Ivoirense dos Trabalhadores (PIT).

49. Ao mesmo tempo, o meu Representante Especial e os seus colaboradores prosseguiram os seus encontros regulares de informação e concertação com os parceiros da comunidade internacional implicados no processo da saída de crise, em particular os representantes do Facilitador, das Nações Unidas e da CEDEAO, bem como aqueles dos países e das organizações internacionais membros da OCI. Por outro lado, o meu Representante especial participou nas 3ª e 4ª Reuniões da CEA, realizados em Ouagadougou, aos 14 de Janeiro e 21 de Março. Nestas ocasiões, ele exprimiu o apoio da UA no processo em curso. Participou igualmente nas Reuniões organizadas pelo Primeiro Ministro à intenção dos Membros da OCI.

50. No quadro da sua missão, os membros do Gabinete de Ligação efectuaram missões ao interior do país para se informarem sobre a evolução política, de segurança e humanitária nas diferentes regiões. Por outro lado, foram bastante solicitados por diferentes organizações para fazer partilhar a experiência da UA. É neste quadro que eles fizeram comunicações sobre temas tais como "as bases e os objectivos da coordenação da observação eleitoral num contexto pós-conflito". Durante o seminário organizado a 28 e 29 de Fevereiro pela Divisão da Assistência Eleitoral da ONUCI sob o tema geral "conjunturas perspectivas e desafios do

processo eleitoral”; “cooperação francofona, reconstrução pós-crise na Côte d’Ivoire e desenvolvimento sustentável”, durante um seminário organizado a 18 de Março por ocasião do Dia da Francofonia”; “ os quadros orgânicos da União Africana”, a 28 de Março, durante uma Conferência Internacional da Juventude Africana organizada pelo Fórum das Associações do Norte; “ a solidariedade da União Africana”, durante os Estados Gerais da Solidariedade organizados pelo Governo em Yamoussoukro, de 25 a 28 de Março.

51. Paralelamente, a componente militar do Gabinete de Ligação participou regularmente nos encontros com as Forças imparciais e manter relações de trabalho acompanhamento com as autoridades das duas forças ex-beligerantes. Ela continua igualmente activa no seio do Comité informal do diálogo e de intercâmbios constituído pelos Adidos de Defesa acreditados em Abidjan.

VI. OBSERVAÇÕES

52. Os progressos consideráveis registados na evolução do processo de paz provam o caminho percorrido desde a assinatura do Acordo Político de Ouagadougou e dos seus Acordos complementares. Os resultados positivos obtidos no quadro da sua implementação provam o empenho das partes signatárias testemunham o aspecto irreversível do processo. A este respeito, felicito-me das disposições tomadas numa base de consenso para a fixação da data da eleição presidencial a 30 de Novembro de 2008. convidou a todas as partes ivoirenses a respeitarem escrupulosamente este prazo e exorto-os a implementarem tudo, com vista a criar as condições propícias para a boa realização da eleição presidencial. Gostaria igualmente de encorajar todas as forças políticas e a sociedade civil a preservar e a consolidar a dinâmica de paz que prevalece no país e que garante o alargamento das suas actividades em todas a extensão do território.

53. Os progressos registados são o resultado do papel eminente desempenhado pelo Facilitador. Eu gostaria de expressar-lhe todo o meu apreço e renovar-lhe o apoio da UA. Eu lançou um apelo à Comunidade Internacional particularmente aos doadores para que eles prestem o apoio necessário ao processo de saída de crise, nomeadamente nas fases as quais o financiamento não foi ainda totalmente assegurado .

54. Com a fixação da data e a realização da eleição presidencial, convém que a Comissão se prepare convenientemente com vista a contribuir para o bom desenrolar deste escrutínio incluindo o envio de uma equipa de observação tão numerosa que possível. É neste contexto que eu pretendo enviar nas próximas semanas uma missão de avaliação compreendendo os Representantes dos Departamentos de Paz e Segurança e os dos Assuntos Políticos para avaliar a situação e submeter recomendações sobre o papel que a UA deverá desempenhar nas semanas e nos meses vindouros.

African Union Commission (AUC)

PAPS Digital Repository

<https://papsrepository.africa-union.org/>

PSC Outcomes

Communiqués

2008-05-26

Communiqué of the 128th Meeting of the Peace and Security Council Held on 26 May 2008, Addis Ababa, Ethiopia.

Peace and Security Council

African Union Commission

<https://papsrepository.africa-union.org/handle/123456789/1200>

Downloaded from PAPS Digital Repository, Department of Political Affairs, Peace and Security (PAPS)